A DIMENSÃO PEDAGÓGICA, SOCIAL E POLÍTICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA

THE PEDAGOGICAL, SOCIAL AND POLITICAL DIMENSION OF THE UNIVERSITY EXTENSION IN THE FORMATION OF THE ARCHITECT AND URBANIST

LA DIMENSIÓN PEDAGÓGICA, SOCIAL Y POLÍTICA DE LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA EN LA FORMACIÓN DEL ARQUITECTO Y URBANISTA

EIXO TEMÁTICO: PROJETO, POLÍTICAS E PRÁTICAS

MASSIMETTI, Flávia Tadim
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; FAU-USP
flavia.massimetti@usp.br

HADDAD, Ana Maria de Carvalho Nunes Ferreira
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; FAU-USP
anamariahaddad@usp.br

DAMASCENO, Bárbara Caetano
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; FAAC-UNESP
bc.damasceno@unesp.br

RESUMO

A extensão universitária tem forte potencial de transformação social, sendo ainda um espaço para a aprendizagem reflexiva, crítica e dialógica. Embora no Brasil as universidades sejam estruturadas pelo tripé ensino-pesquisa-extensão, as duas primeiras apresentam uma definição objetiva, enquanto a extensão segue sem contornos definidos. Recentemente, seu papel na formação acadêmica foi reafirmado pela aprovação da Resolução n. 7/2018. Contudo, é preciso discutir os limites e potencialidades de tal regulação, visto que a extensão ainda ocupa um lugar institucionalmente periférico na estrutura curricular no ensino superior. Ao mesmo tempo, as práticas extensionistas podem assumir uma dimensão social, política e pedagógica, construindo o diálogo entre universidade e sociedade. Nestes termos, objetiva-se discutir como a extensão universitária se desenvolve nos cursos de arquitetura e urbanismo, questionando qual seu papel pedagógico na formação deste profissional.
PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária; Ensino de Arquitetura; Formação Profissional; Arquitetura e Urbanismo

ABSTRACT

The university extension has strong potential of social transformation, still being a space for reflexive, critical and dialogic learning. Although in Brazil the universities are structured by tripod teaching-research-extension, the first two present an objective definition, while the extension continues without a defined contours. Recently, its role in academic education has been reaffirmed by the approval of Resolution n. 7/2018. However, it is necessary to discuss the limits and potential of such regulation, since the extension still occupies a peripheral place in the curriculum structure in higher education. At the same time, extension practices can take a social, political and pedagogical dimension, making the dialogue between university and society. In these terms, it aims to discuss how the university extension develops in courses in architecture and urbanism, questioning what their role is in the formation of this professional.
KEYWORDS: *University Extension; Architectural Education; Professional Qualification; Architecture and Urbanism*

RESUMEN

La extensión universitaria tiene fuerte potencial de transformación social, siendo todavía un espacio para el aprendizaje reflexivo, crítico y dialógico. Aunque en Brasil las universidades sean estructuradas por el trípode enseñanza-investigación-extensión, las dos primeras presentan una definición objetiva, mientras la extensión sigue sin contornos definidos. Recientemente, su papel en la formación académica fue reafirmado por la aprobación de la Resolución n. 7/2018. Sin embargo, es necesario discutir los límites y potencial de dicha regulación, ya que la extensión ocupa un lugar institucionalmente periférico en la estructura curricular en la enseñanza superior. Al mismo tiempo, las prácticas de extensión pueden asumir una dimensión social, política y pedagógica, construyendo el diálogo entre universidad y la sociedad. En estos términos, el objetivo es discutir cómo la extensión universitaria se desarrolla en los cursos de arquitectura y urbanismo, cuestionando cuál es su papel pedagógico en la formación de este profesional.
PALABRAS-CLAVE*: Extensión Universitaria; Enseñanza de la Arquitectura; Formación Profesional; Arquitectura y Urbanismo*

INTRODUÇÃO

A partir de duas experiências de extensão universitária desenvolvidas nos últimos anos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, entendeu-se pertinente a discussão sobre que espaço estas práticas ocupam na formação do arquiteto e urbanista. Que métodos e objetivos a extensão universitária tem adotado, e, por conseguinte, que potencial papel pedagógico adquire no contexto acadêmico.

Apresentam-se brevemente neste artigo as experiências desenvolvidas na zona sul de São Paulo, como horizonte de práticas que trazem processos e resultados interessantes[1]: o Jardim da União e a Ilha do Bororé. Serão abordados pontos considerados virtuosos nestes trabalhos, tornando-os importantes nas trajetórias acadêmicas de seus participantes, visto o alinhamento dessas práticas com os objetivos de ensino crítico. Na sequência, serão apresentados os principais marcos legais sobre o ensino superior e a extensão universitária, procurando destacar os avanços e limites destas leis. Por fim, a partir de entrevistas com estudantes e ex-alunos, será discutida a perspectiva de alcance desses trabalhos de extensão no processo pedagógico de formação de arquitetos e urbanistas.

No ano de 2019 foi desenvolvido o Curso Prático Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (CPPATHIS), um projeto de extensão no Grajaú, na ocupação Jardim da União. O intuito era promover a formação teórica e prática em assessoria técnica em habitação de interesse social, bem como a atuação conjunta no território a partir de diversas frentes de trabalho. Organizado pela assessoria técnica Peabiru TCA e professores da FAU-USP, o projeto contou com a participação de estudantes e recém-formados do curso arquitetura e urbanismo de diferentes instituições e unidades da federação brasileira. Também no Grajaú, na Ilha do Bororé, outro projeto de extensão tem se desenvolvido desde 2017. Professores e estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes cursos da USP, juntos à E.E. Professor Adrião Bernardes e ao coletivo Casa Ecoativa, inseriram a discussão sobre o território e suas dinâmicas no cotidiano dos estudantes de ensino médio da escola. Ao longo dos anos, o projeto foi sendo apropriado pelos diversos atores, contribuindo para a construção coletiva de novas propostas.

Os dois projetos mencionados, tomados como exemplares para a discussão que aqui se propõe, ilustram como a extensão universitária possibilita a atuação conjunta entre universidade e sociedade. O objetivo do trabalho é, portanto, discutir a importância da extensão universitária nos cursos de arquitetura e urbanismo, analisando a forma que tem se desenvolvido, seu espaço na academia e os objetivos e métodos adotados. Para tanto, questiona-se: qual o papel pedagógico da extensão universitária nesse contexto?

Para isso, o trabalho foi dividido em três seções. A primeira, intitulada "A institucionalização da extensão universitária no Brasil", buscará abordar sobre o principal marco regulatório da extensão, bem suas possíveis implicações na estrutura curricular no ensino superior. Na próxima seção, "A dimensão pedagógica, social e política da extensão universitária", busca-se discorrer sobre o potencial transformador inerente a esses projetos, a partir da perspectiva freiriana. Por último, a terceira seção, intitulada "A influência da extensão no processo de formação do arquiteto e urbanista", procurará avaliar qualitativamente como extensão universitária vem sendo tratada nos cursos de arquitetura e urbanismo, assim como sua importância na formação desse profissional.

[1] Não se pretende aprofundar esses projetos, uma vez que outros trabalhos acadêmicos já o fizeram. Para isso, ver DAMASCENO et al. (2019); HADDAD et al. (2019); MASSIMETTI; BASSANI; RODRIGUES (2018); BASSANI; MASSIMETTI; RODRIGUES (2019).

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Ao se referir à educação, uma associação direta é a escola. Em muitas situações, a escola é considerada o principal meio para reprodução e transmissão dos saberes e valores da cultura hegemônica. Assim, ela exerce tanto o papel de civilizador, quanto de padronizador de conhecimento ao adotar um currículo único (SILVA, 2018). Isso facilita a manutenção da opressão, excluindo a diversidade do processo de formação, reforçando as desigualdades. O mesmo acontece no ensino superior, que se define, via de regra, como um componente da superestrutura, seguindo determinações econômicas e políticas.

No caso do Brasil, sua oferta é reduzida, e quando oferecida, caracteriza-se pelo elitismo, isolamento de cursos e disciplinas e precariedade de infraestrutura (ROMÃO, 2018). Sendo assim, a universidade brasileira e sua produção são tidas como algo distante do restante da sociedade, e muitas vezes inalcançável. Segundo Antunes, Gadotti e Padilha (2018, p. 209), "o que fazemos dentro da universidade não é para ser consumido dentro dela. O que dá sentido à universidade é o que fazemos fora dela com aquilo que aí produzimos". É justamente nesta intermediação onde a extensão universitária se insere, reforçando assim, sua importância.

Supostamente, as universidades brasileiras são estruturadas pelo tripé ensino-pesquisa-extensão (D'OTTAVIANO; ROVATI, 2017). Porém, na prática cotidiana, nota-se que os dois primeiros apresentam uma delimitação mais objetiva, enquanto a extensão pode ser "todo o resto". Tal indefinição contribui para que a extensão ocupe um espaço secundário nas dinâmicas acadêmicas, tanto nas decisões da instituição de ensino superior, quanto nos trabalhos dos docentes. Inclusive, não é raro estudantes passarem pela graduação sem terem conhecimento sobre os projetos de extensão de suas unidades. Nessa perspectiva, o papel pedagógico da extensão universitária varia de acordo com o contexto em que ela se desenvolve, dos objetivos pretendidos, da metodologia adotada e dos agentes envolvidos. Podem ser encontrados desde projetos que contribuam para a luta por direitos a projetos de caráter assistencialista, por exemplo.

De forma simplista, é comum enquadrar a extensão como sendo tudo aquilo que não se encaixa como ensino e pesquisa, resultando assim, em sua fragilização, bem como no enfraquecimento da dimensão política das instituições de ensino superior, sejam elas de caráter público ou privado (D'OTTAVIANO; ROVATTI, 2019). Para os objetivos deste trabalho, a extensão universitária será conceituada como um "(...) processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e **viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade**" (FORPROEX, 1987 apud FORPROEX, 2012, p. 9. grifos nossos). Portanto, reforça-se o tripé ensino-pesquisa-extensão que deveria, em tese, sustentar as universidades brasileiras.

Para Santos (2010), a indissociabilidade deste tripé encontra-se no fato de que o ensino exige a pesquisa como forma de aprimorá-lo e evitar a estagnação. Da mesma forma, o ensino precisa da extensão para que os conhecimentos possam ser levados até às comunidades e aplicados na prática. Além disso, o autor indica que a extensão necessita da pesquisa para diagnosticar e prover soluções aos problemas nos quais ela irá se deparar. No entanto, na prática, a extensão universitária é o pilar menos trabalhado, ainda que ela esteja prevista na base do sistema universitário desde o século passado por meio do Decreto n. 19.851/1931, que dispõe sobre o ensino superior no Brasil (D'OTTAVIANO; ROVATTI, 2019; BRITTO, 2019).

No contexto atual, torna-se de fundamental importância o reconhecimento da extensão como um importante instrumento pedagógico na formação universitária, que não se resume a transmissão unilateral de conhecimento, mas de uma prática dialógica (COELHO, 2014). Entretanto, sua

formalização na estrutura curricular dos cursos superiores é recente (Idem, 2014). Observa-se que apesar de algumas instituições de ensino superior, principalmente as de caráter público, virem avançado na discussão e na prática extensionista, pode-se dizer que esta ainda ocupa um lugar institucionalmente periférico, expondo, por conseguinte, uma debilidade da formação em nossas universidades.

Recentemente, no final de 2018, o Ministério da Educação estabeleceu, através de uma Resolução (n. 7, de 18 de dezembro de 2018) as diretrizes para as políticas de extensão do ensino superior no país, em que passam a ser consideradas como obrigatórias aquelas atividades que, vinculadas à formação dos estudantes, envolvam comunidades externas à Instituição de Ensino Superior (IES). Assim, a extensão passa a ser definida por uma atividade integrante da matriz curricular "que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade" (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2018).

Segundo a normativa, as atividades devem compor no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular, sendo estruturadas pela "interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade", "formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos", e até mesmo pela "produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade" (Art. 5o., parágrafos I, II, III). O texto, sobretudo o último artigo destacado, sugere uma prática verdadeiramente reflexiva, comprometida eticamente com a dimensão social do ensino como um todo. Embora preveja inclusive um processo de autoavaliação (sobre a contribuição pedagógica e social) por parte da IES, define as atividades extensionistas como "(I) programas; (II) projetos; (III) cursos e oficinas; (IV) eventos; e (V) prestação de serviços".

É forçoso destacar também práticas como a participação em bancas avaliativas, eventos (como congressos e seminários) e prestação de serviços, que podem pouco ousar em direção à troca de saberes efetivamente fora dos "muros da universidade", uma vez que atividades deste tipo fazem a manutenção da prática hegemônica da universidade de fechar em si. Assim, é preciso destacar que o reconhecimento do MEC às práticas de extensão representa um avanço para o ensino e um comprometimento com as ações demandadas pela sociedade, mas não garante que dez por cento do currículo estudantil esteja verdadeiramente engajado com a práxis, a prática refletida.

A creditação curricular traz desafios sobretudo críticos, mas não tão novos assim. O limite entre uma prática política e ética (para nos aproximarmos ainda mais dos termos da Resolução) ainda se desenha segundo o contexto em que é gestado esse projeto, como apresentado no início deste texto. Muitas vezes sobrecarregados pelo funcionamento ligeiramente produtivista das pesquisas ou ainda inseridos em lógicas de formação acentuadamente mercadológicas, os corpos docentes têm pouco espaço – junto dos alunos e da comunidade – para construírem o exercício de convivência e comunicação menos limitado à sala de aula.

É necessário, portanto, reforçar o papel desempenhado pela extensão enquanto uma "prática acadêmica necessária à formação (complementar) de docentes e discentes" (SANTOS, 2010, p. 12), pois é através dela que a universidade rompe suas barreiras e consegue dialogar e transformar a realidade que a rodeia. Assim, ao assumir um caráter transformador, fica evidente que atividades como palestras, entrevistas, participações em bancas, dentre outras da mesma natureza, e que muitas vezes acabam sendo consideradas como extensão, pouco contribuem de fato para o cumprimento deste objetivo. Justamente por isso, "ao definirmos a Extensão como uma possibilidade de prática transformadora, apontamos para um **agir necessariamente territorializado e participativo**" (BASSANI; D'OTTAVIANO, 2019, p. 51. grifos nossos).

A DIMENSÃO PEDAGÓGICA, SOCIAL E POLÍTICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária, de modo geral, é uma prática ainda em disputa tanto no tocante à sua conceituação quanto às suas práticas. Desta forma, compreender como ela tem se desenvolvido em cursos públicos ou privados é um processo necessário para o mapeamento dos seus impactos no processo de aprendizagem.

O exemplo do Jardim da União, citado inicialmente, ilustra a atuação conjunta de universidade e comunidade no desenvolvimento das atividades. Isto é, para além da estrutura pensada para a evolução do Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria Técnica em HIS, realizado neste território, este foi sendo construído semanalmente por meio das trocas com os moradores. Dentre as primeiras atividades realizadas, realizou-se o cadastramento das famílias residentes na ocupação, o que permitiu identificar possíveis frentes de atuação que se desenharam ao longo dos seis meses de trabalho. Assim, estudantes e alguns moradores se dividiram em quatro frentes: dados, melhorias habitacionais, contenções e drenagem (Figura 1). Tal articulação contribuiu ainda para a luta pela permanência da ocupação naquela área. O projeto pedagógico que visava a formação de futuros assessores técnicos, assumiu prontamente seu caráter social e político – imprescindível ao tratar-se da vida, expectativas e demandas de cerca de 600 famílias (DAMASCENO et al., 2019; HADDAD et al., 2019).

Figura 1: Construção do dispositivo de drenagem no Jardim da União. Fonte: Acervo CPPATHIS, 2019.

Da mesma forma, o projeto realizado na Ilha do Bororé foi se transformando conforme os participantes se apropriaram dele. A articulação com a E.E. Prof. Adrião Bernardes e o coletivo Casa Ecoativa possibilitou uma atuação contínua e fortemente vinculada ao território. O projeto se iniciou com o intuito de discutir novos olhares sobre o Bororé, partindo das vivências e perspectivas dos próprios moradores – no caso, os estudantes do ensino médio da escola. O mapeamento social e afetivo foi o ponto de partida para a construção do diálogo e da relação de confiança entre universidade e comunidade. Desde então, objetivos e metodologias se alteraram, e as oficinas de cartografia (Figura 2) evoluíram para a construção do Memorial da Ilha do Bororé, que consta com

o suporte técnico e pedagógico da universidade, e o trabalho de levantamento e pesquisa dos próprios alunos (MASSIMETTI; BASSANI; RODRIGUES, 2018; BASSANI; MASSIMETTI; RODRIGUES, 2019).

Figura 2: Construção do mapa-mural no pátio da escola. Fonte: Jorge Bassani, 2018.

Nessas experiências, observa-se que a construção coletiva é uma característica importante. Trabalhar *com* as pessoas e não *para* elas. Esse posicionamento traz para discussão a dimensão política e pedagógica da extensão. Comprometida socialmente e pautada no não-assistencialismo, essa "forma de fazer extensão" possibilita que os diferentes atores envolvidos participem ativamente. O processo se realiza em uma via de mão dupla, onde os conhecimentos técnico e científico se encontram com o saber de experiência feito, para então construírem coletivamente um novo conhecimento. Dessa forma, estabelece-se uma relação com o pensamento de Paulo Freire.

Para Freire (1983), a extensão tem um objetivo educacional, e a construção de uma prática libertadora ou não começa na disputa semântica. O termo "extensão" remete à ideia de que o conhecimento produzido na universidade será estendido à população. A proposta é apresentada pronta, colocando os agentes "não universitários" no papel de **objetos** da ação. Uma das críticas do educador é que, dessa forma, o desenvolvimento das atividades se orienta pelos interesses dos pesquisadores e professores, sem dialogar com os demais envolvidos (ANTUNES; GADOTTI; PADILHA, 2018). Quando se estabelece a relação de sujeito e objeto em projetos de extensão, o comprometimento político e social diminui, distanciando universidade e comunidade. Nessas situações, a extensão se torna um instrumento pedagógico que fomenta a dominação e a alienação. Pensando nos conceitos trabalhados por Freire (2016), a extensão assim desenvolvida se aproxima da concepção de educação bancária, na qual o educador transmite ao educando todo seu conhecimento, uma vez que este é considerado um depósito vazio.

> Por melhor que sejam as intenções dos discentes ou docentes extensionistas, a palavra carrega consigo as conotações do discurso que conclama às populações alvo da "Extensão Universitária": Aceitem nossos conhecimentos e nossas técnicas, pois são eles que lhes permitirão superar os conceitos e as técnicas ultrapassadas que estão usando. (ROMÃO, 2018, p. 202).

Contrapondo-se a essa definição de "extensão", Freire (1983) propõe o conceito de "comunicação". Assim como a extensão se relaciona à educação bancária, a comunicação se aproxima de uma educação libertadora, partindo de processos dialógicos. Nessa perspectiva, universitários e não universitários são protagonistas ativos na construção do conhecimento, compartilhando saberes e experiências, a partir de seus condicionantes histórico-sócio-culturais. Portanto, universidade e comunidade estabelecem uma relação horizontal, de parceria, ressignificando a atuação dos estudantes e futuros profissionais no território.

É válido mencionar que, dentro do horizonte de práticas como aquelas desenvolvidas no Jardim da União, e da Ilha do Bororé, este trabalho seguirá adotando os termos "extensão" e "extensionismo", mas de maneira crítica. Isto é, serão chamadas de projeto de extensão aquelas práticas que, nos termos freirianos, praticaram a plena comunicação (entre universidade e comunidade). Dito isso, destaca-se a importância que estes projetos assumem em cursos de arquitetura e urbanismo, em que o território se torna um elemento fundamental. De acordo com Antunes, Gadotti, Padilha (2018), mais do que o campo de estudo e de intervenção, ele simboliza o diálogo entre universidade e sociedade. Seguindo o pensamento freiriano, embora adotemos o termo "extensão", a prática deveria partir do território, considerando suas características e especificidades na elaboração dos projetos, tendo em vista o enfrentamento de desafios cotidianos de educação, saúde, direitos humanos, entre outros.

> cabe à Universidade um importante papel nessa luta pela defesa e efetivação dos direitos, tendo em vista ser ela o local privilegiado da produção de conhecimento e sua potencialidade na produção do dissenso acerca do 'pensamento único' neoliberal. É neste sentido que creditamos à Universidade um papel fundamental na consolidação de uma nação centrada no princípio da cidadania, sendo a extensão, no estabelecimento da relação Universidade – sociedade, um instrumento privilegiado na luta pela garantia dos Direitos Humanos enquanto expressão mais ampla da cidadania. (FREIRE, 2008, p. 141 apud ANTUNES; GADOTTI; PADILHA, 2018, p. 218)[2].

Nessa perspectiva, a educação, representada pela universidade, desempenha um papel político, social e pedagógico que extrapola seus limites físicos. Consequentemente, contribui para a formação de profissionais que lidarão com essa realidade e com pessoas que se entenderão sujeitos nesse processo. Portanto, a extensão universitária seria uma maneira de fortalecer a função social da universidade, especialmente das instituições públicas. Ao invés da extensão ser "o que não é ensino ou pesquisa", ela deveria ser integrada a eles. Por meio dela, é possível incluir tópicos que, muitas vezes, não são abordados em sala de aula. Por exemplo, intervir na cidade real, já que a cidade é construída diariamente, com ou sem o acompanhamento técnico. Durante a atuação profissional, seja no mercado, no poder público, ou mesmo na academia, questões como provisão de moradia, mobilidade e saneamento básico serão demandas constantes. É preciso que os estudantes tenham esse contato na graduação, para desmistificarem o campo de trabalho.

Enquanto ferramenta pedagógica, a extensão universitária – ou a comunicação – se torna o espaço para uma aprendizagem reflexiva e crítica. Partindo da leitura da realidade dos agentes envolvidos, desenvolve-se um processo de formação constante, tanto do território, quanto dos sujeitos. Para a comunidade, a universidade pode se tornar uma aliada em lutas que já estejam ocorrendo, ou contribuir na construção de novas propostas. Em algumas situações – que fogem do objetivo deste

[2] FREIRE, Silene de Moraes, 2008. Extensão universitária e direitos humanos: desafios na contemporaneidade. **Revista Extensão em Foco**, Curitiba: UDPF, n. 2, p. 133-142, jul./dez. 2008.

artigo –, esse apoio institucional funciona como uma legitimação para as reivindicações dos movimentos sociais e grupos organizados. Para a universidade, essa troca com a sociedade complementa o processo de formação, influencia no modelo pedagógico adotado, refletindo na qualidade (política e crítica) do ensino. Trata-se de uma relação dialógica.

A INFLUÊNCIA DA EXTENSÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA

Olhando para o processo histórico da extensão universitária, são observadas limitações na inserção da prática na estrutura curricular[3]. No campo da arquitetura e urbanismo, objeto de interesse mais apurado deste trabalho, D'Ottaviano e Rovatti (2019) afirmam que os projetos de extensão podem variar desde uma prestação convencional de serviços para elaboração de Planos Diretores até mesmo ações políticas diretas a movimentos populares por moradia. Uma das problemáticas do ensino da arquitetura é a de que se trabalha "(...) com a ideia de que a arquitetura é um determinado ponto específico da cidade localizado dentro de um lote urbano. Abstraímos tudo aquilo que nos cerca" (MARICATO, 2019). Frente a isso, a extensão universitária apresenta-se como uma importante ferramenta para o rompimento desta prática hegemônica.

Para ampliar a discussão sobre que lugar as práticas de extensão têm ocupado nos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo, foi criado um questionário com perguntas objetivas e discursivas, tendo por intuito avaliar de forma quantitativa e qualitativa, o contato que tiveram com o tema em seus respectivos cursos. Após ser lançado, o questionário foi respondido por 29 pessoas, nos quais mais da metade deles são provenientes de instituições públicas de ensino superior, em sua maioria do estado de São Paulo, mas também de Santa Catarina, Distrito Federal, Maranhão, Rio de Janeiro e Paraná.

Do total dessa amostra, 96,6% são formados ou estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo, 3,4% da Engenharia Civil. Desses, 72,41% estudam ou frequentaram instituições públicas. Nesta linha, também foi apresentado o processo de entendimento da universidade em seu papel de instituição cidadã – sobretudo pública – responsável por assumir questões caras à toda a sociedade. Os resultados indicam que 18 pessoas ainda estão cursando a graduação, já os demais profissionais formados realizaram a graduação entre os anos de 1993 a 2019. O recorte temporal permitiu visualizar ainda de que forma a extensão universitária vêm sendo trabalhada nas instituições mencionadas, principalmente quando alunos ou profissionais da mesma instituição, porém de anos diferentes relataram suas experiências.

Positivamente, apenas uma das pessoas que responderam ao questionário não participou de nenhum projeto de extensão ao longo de sua formação, ainda que tenha relatado que em sua universidade conhecia alguns projetos em curso. Ademais, ainda que passíveis de questionamento quanto a seu enquadramento na categoria extensão universitária, foram relatadas também atividades que envolvem empresa júnior, empreendedorismo e Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo. Em suma, as experiências extensionistas relatadas no questionário indicam a predominância de um caráter comum: projetos sociais que objetivam a intervenção no espaço

[3] Ver: DE PAULA, João. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces:** Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05–23, 2013.
SOUSA, Ana. **A História da Extensão Universitária.** 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2010.
TOMMASINO, Humberto.; CANO, Agustín. Modelos de extensión universitaria en las universidades latinoamericanas en el siglo XXI: tendencias y controversias. **Universidades**, v. 67, n. 67, p. 7–24, 2016.

construído, tendo como foco espaços marcados pela desigualdade, fragilidade ambiental e precariedade urbanística.

Dentre as práticas e projetos extensionistas mencionadas, observa-se que o tema da assistência técnica de habitação de interesse social permeou diversos delas através da prática projetual, seja na elaboração de projetos arquitetônicos, para melhorias habitacionais, das áreas verdes e espaços coletivos, dentre outros, indicando que muitos desses projetos de extensão procuraram viabilizar na prática através de uma relação dialógica, ações transformadoras entre universidade e sociedade (FORPROEX, 2012). Para Maricato (2019),

> Através da extensão universitária é possível (...) trabalhar com a cidade real. A realidade não é apenas os centros dos mega edifícios do mercado imobiliário. É aquilo e é também a produção dos bairros de autoconstrução que estão fora do mercado. É preciso trabalhar essa realidade da cidade de uma forma "paulofreiriana" e passá-la para a população, inclusive para as faculdades de arquitetura e para os gestores públicos das nossas cidades

Pensando ainda na possibilidade de trocas de experiências mais livres, as perguntas discursivas procuraram indagar como a extensão universitária contribuiu para formação ou atuação profissional, e se ela é ou era incentivada em seu curso, e como. Quase a totalidade das respostas dos entrevistados indicaram que os projetos de extensão foram responsáveis por colocá-los em contato com uma realidade social e urbana antes desconhecida ou negligenciada, e diante do trabalho em locais precarizados, muitos tomaram conhecimento sobre o amplo campo de trabalho do arquiteto e urbanista e assim visualizaram uma "nova" função social do profissional. Neste processo, muitos dos relatos identificaram na extensão a oportunidade de "pôr em prática" os conhecimentos teóricos e ferramentas técnicas aprendidas em sala de aula, que em face da complexidade da realidade, não raras vezes foram entendidos em seus limites, figurando como ponto de partida para a construção coletiva (entre acadêmicos e comunidades) sobre as soluções possíveis, confirmando que

> A participação em atividades extensionistas permite aos estudantes, por um lado, aumentar seu engajamento social e desenvolver cidadania e, por outro, qualificar-se profissionalmente, tendo, na interação com a sociedade, fonte de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades (COELHO, 2014, p. 16).

Sendo o arquiteto e urbanista um profissional que atuará diretamente na conformação e transformação do território, as atividades extensionistas se tornam, portanto, de fundamental importância em sua formação. A extensão apresenta-se, ainda, enquanto uma oportunidade de ampliar o campo de trabalho dos arquitetos e permitindo que estes possam ter outro ponto de vista em relação à sua própria atuação (MARICATO, 2019). O contato com a diversidade também foi indicado nas respostas como ponto positivo das experiências em extensão, tendo destaque a oportunidade do engajamento dos alunos em lutas por direitos junto de lideranças populares, via de regra detentoras de um saber político não ensinado em sala de aula. Nestes espaços, apuram-se assim, as capacidades de "ouvir" e por consequência, dialogar, permitindo a (trans)formação cidadã a partir de uma experiência profissional.

Na contramão de tantos relatos endossando a importância da extensão como parte indispensável do processo de ensino, em face ao questionamento se a prática era incentivada nos cursos de graduação, surgem muitas negativas, mostrando que os projetos de extensão não se colocam como regra. As justificativas são desde o currículo "antigo", e, por conseguinte, restritivo, à falta de professores envolvidos. Os projetos perdem força também pela falta de incentivo/reconhecimento

dos departamentos e faculdades, e sobretudo sofrem com a falta de financiamento. De acordo com as respostas obtidas, 34,5% declaram que os projetos de extensão do qual participaram não tinha qualquer bolsa de apoio aos estudantes. 55,2% disseram que as bolsas eram para apenas parte dos integrantes do projeto, e apenas 6,9% disseram que o projeto contava com bolsas para todos os alunos. Relata-se ainda muitos casos de instituições que a visualizam apenas como uma das formas de cumprimento dos créditos obrigatórios, reduzindo, por conseguinte, seu potencial.

Este breve panorama indica que apesar de sua importância, o marco regulatório (Resolução n. 7/2018) não garante que o papel político da extensão universitária seja efetivado. Sendo assim, ao mesmo tempo em que ela compõe, teoricamente, um dos pilares da estrutura do ensino superior no Brasil, e carregue o potencial de propiciar experiências e práticas essenciais e valiosas na formação do arquiteto e urbanista, a visualização do contexto de distintos graduandos, permite dizer que a extensão universitária ocupa um lugar periférico quando comparada ao ensino e pesquisa, resultando no afastamento desses profissionais com o território e da realidade de nossas cidades.

Maricato (2019) acredita que "se existe uma função social do arquiteto no nosso país, ela sem dúvida está na cidade. Isso implica que a arquitetura tem que ser um compromisso com o espaço urbano e coletivo", já a cidade será justamente o objeto de trabalho dos arquitetos e urbanistas (Idem, 2019). É preciso, dessa forma, romper com o ensino tradicional da arquitetura, onde o profissional é ensinado a pensar no projeto enquanto um produto que finda em si mesmo. O que exclui por completo o potencial político e social da arquitetura, bem como do arquiteto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária, que supostamente compõe um dos pilares do tripé universitário (D'OTTAVIANO; ROVATTI, 2017), e, portanto, deveria receber igual atenção no ensino superior, ainda se vê institucionalmente periférica em grande parcela das universidades. E embora as atividades extensionistas tendam a ser enquadradas como tudo aquilo que não se encaixa como ensino ou pesquisa, segundo a publicação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 2012, ela deve ser compreendida como aquelas atividades que envolvam processos educativos, culturais e científicos de forma a articular o ensino e pesquisa. Dessa junção tem-se a criação de projetos capazes de romper os muros da universidade e estabelecer pontes entre a universidade e sociedade.

Desde 2018 a extensão foi institucionalizada pelo Conselho Nacional de Educação através da Resolução n. 7, de 2018, quando ela passa obrigatoriamente a compor 10% da grade dos cursos de ensino superior no Brasil. Apesar de vista com bons olhos, a normativa por si só não garante que a inserção da extensão nas grades curriculares irá ocorrer levando em conta sua real dimensão política, que permita uma aprendizagem reflexiva e crítica. Para Freire (1983), o extensionismo possui um claro objetivo educacional, desempenhando um papel político, social e pedagógico, no qual o conhecimento produzido na universidade será estendido à população.

Frente a esse cenário, e baseando-se em experiências recentes de extensão universitária no campo da arquitetura e urbanismo[4], evidencia-se o papel da extensão dentro das dinâmicas acadêmicas. No entanto, quando a extensão se coloca como uma ponte com a sociedade e se compromete com

[4] Ver D'OTTAVIANO; ROVATI (2019).

questões reais – e com as vidas e expectativas das pessoas –, ela se transforma em um potente instrumento pedagógico, político e social. Essa comunicação é uma maneira de repensar a própria academia, historicamente elitista e restrita. Ao entender que a universidade não é a única fonte de conhecimento, pode-se incorporar os saberes populares no meio acadêmico. Por isso, Silva (2018) defende que se proponham *pedagogiaS*. Reconhecer que cada indivíduo e grupo produz cultura é fundamental para se pensar metodologias de ensino coerentes com as diversas realidades. Dessa forma, estrutura-se uma pedagogia social, de base popular, que questiona a cultura e o ensino hegemônicos. Logo, a abertura construída pelas práticas extensionistas se compromete com um modelo pedagógico que rompe com a dominação e alienação, incluindo diferentes atores no campo educacional.

Portanto, ao desconsiderar a importância da extensão nos cursos de arquitetura e urbanismo, reforça-se o distanciamento com o território, objeto de trabalho este essencial ao arquiteto e urbanista (MARICATO, 2019), mas principalmente negligencia-se o papel político e social da arquitetura, bem como do arquiteto. E ainda que este seja um dos campos de trabalho dos arquitetos e urbanistas, ao reafirmar a necessidade da prática extensionista, não se pretende através disso impor aos profissionais que eles atuem nesses territórios, mas antes objetiva-se fazê-los conhecer a realidade das cidades brasileiras ao longo de sua formação, visto que esta é uma realidade já posta.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela Biz; GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto. Reinventar a universidade a partir da extensão universitária. *In:* GADOTTI, Moacir; CARNOY, Martin (Orgs.). Reinventando Freire: a práxis do Instituto Paulo Freire. Lemann Center / Stanford Graduate School of Education, 2018. p. 209-227.

BASSANI, Jorge; D'OTTAVIANO, Camila. Extensão universitária e parceria. *In:* D'OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João (Orgs.). **Além dos muros da universidade:** planejamento urbano e regional e extensão universitária. 1. ed. São Paulo: FAU-USP e ANPUR, 2019. p. 47-61.

_____.; MASSIMETTI, Flávia Tadim; RODRIGUES, Marla. Extensão universitária na Ilha do Bororé: o território como instrumento pedagógico. *In:* ENANPUR, 18., 2019, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPUR, 2019.

BRITTO, Fabiana Dultra. A extensão universitária em tempos de crise. *In:* D'OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João (Orgs.). **Para além da sala de aula:** extensão universitária e planejamento urbano e regional. 1. ed. São Paulo: FAU-USP e ANPUR, 2017. p. 26-34.

COELHO, Geraldo Ceni. O papel pedagógico da extensão universitária. **Revista Em Extensão**, v. 13, n. 2, p. 11-24, 11 fev. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. **Diário Oficial da União,** Brasília, 19 de dezembro de 2018. Seção 1, p. 49-50.

DAMASCENO, Bárbara Caetano; SILVA, Claudia de Andrade; MASSIMETTI, Flávia Tadim; TAMANAKA, Natália Mayumi. A produção popular do espaço como forma de resistência – um relato a partir do olhar da assessoria técnica. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 244-260, jul. 2019.

D'OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João. Os territórios da extensão universitária. *In:* _____; _____ (Orgs.). **Para além da sala de aula:** extensão universitária e planejamento urbano e regional. 1. ed. São Paulo: FAU-USP e ANPUR, 2017. p. 14-24.

_____.; ROVATI, João. (Orgs.). **Além dos muros da universidade:** planejamento urbano e regional e extensão universitária. 1. ed. São Paulo: FAU-USP e ANPUR, 2019.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HADDAD, Ana Maria de Carvalho Nunes Ferreira; DAMASCENO, Bárbara Caetano; SILVA, Claudia de Andrade; MASSIMETTI, Flávia Tadim; MÜLLER, Marília; TAMANAKA, Natália Mayumi Bernardino. A luta pelo direito de estar: o caso do Jardim da União (SP). *In:* Congresso Brasileira de Direito Urbanístico, 10., 2019, Palmas. **Anais...** Palmas: UFT, 2019.

MARICATO, Ermínia. O papel social da arquitetura: entrevista com Ermínia Maricato. [Entrevista concedida a Alessandra Soares; Artur Maia; Pedro Rossi]. **Vitruvius,** São Paulo, ano 20, n. 078.01, Vitruvius, maio 2019 <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/20.078/7351>.

MASSIMETTI, Flávia Tadim; BASSANI, Jorge; RODRIGUES, Marla. Cultura e identidade: a ressignificação do território da Ilha do Bororé. *In:* Seminário Nacional de Urbanização de Favelas, 3., 2018, Salvador. **Anais...** Salvador: UCSAL, 2018.

ROMÃO, José Eustáquio. Paulo Freire e a extensão universitária. *In:* GADOTTI, Moacir; CARNOY, Martin (Orgs.). **Reinventando Freire:** a práxis do Instituto Paulo Freire. Lemann Center / Stanford Graduate School of Education, 2018. p. 189-207.

SANTOS, Marcos Pereira dos. Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. **Revista Conexão UEPG,** v. 6, n. 1, p. 10-15, jan./dez. 2010

SILVA, Roberto da. Outras educações possíveis. *In:* GADOTTI, Moacir; CARNOY, Martin (Orgs.). **Reinventando Freire:** a práxis do Instituto Paulo Freire. Lemann Center / Stanford Graduate School of Education, 2018. p. 305-316.

[i] Esta pesquisa contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (Flávia Tadim Massimetti) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES (Ana Maia de Carvalho Nunes Ferreira e Bárbara Caetano Damasceno).